

CUIDAR E EDUCAR NO BERÇÁRIO: A INDISSOCIABILIDADE COMO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO BEBÊ

TO CARE AND TO EDUCATE IN THE
NURSERY: INSEPARABILITY AS A
PRINCIPLE OF INFANTS' HOLISTIC
DEVELOPMENT

Renata Aparecida Drape¹,
renatadraper17@gmail.com.

Maria Eunice da Silva²,
maria.eunice@professor.saocarlos.sp.gov.br

Resumo: A educação infantil brasileira evoluiu desde a Constituição Federal de 1988, consolidando uma práxis pedagógica que superou a dicotomia entre o "cuidar" e o "educar", reconhecendo o bebê como sujeito ativo e competente. O presente estudo discute a importância dessa práxis pedagógica indissociável para o desenvolvimento integral dos bebês em berçários. Para tanto, utilizou-se abordagem qualitativa mediante pesquisa bibliográfica, analisando obras clássicas e contemporâneas, artigos científicos e documentos normativos como BNCC e DCNEI. A pesquisa indica como resultado, que bebê é produtor de significados culturais desde o nascimento, e a

¹ Graduada em Pedagogia pela UNESP, em Educação Física e em Artes Visuais pela UniCV. Especialista em Educação Especial: ênfase generalista pela UNICEP. Especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Literatura e Outras linguagens na Educação Infantil pela UFSCar. Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela UFPI. Especialista em Transtorno do Espectro Autista (TEA): Intervenção Precoce e Equipe Multidisciplinar pela UniCV. Mestre em Educação pela UFSCar. Professora de Educação Infantil na rede municipal de São Carlos.

² Graduada em Pedagogia pela UFSCar e em História pela FCE. Especialista em Educação Infantil pela São Luis, em Ensino Lúdico e Neuropsicopedagogia pela FCE. Professora de Educação Infantil na rede municipal de São Carlos.

indissociabilidade entre cuidado e educação constitui-se como práxis unificada, onde a qualidade da relação de cuidado determina a qualidade da aprendizagem. A segurança emocional estabelecida pelo cuidado fundamenta a exploração e o aprendizado. Conclui-se que a integração entre cuidado e educação é essencial para o desenvolvimento integral dos bebês, exigindo implementação efetiva nas práticas educacionais e formação adequada dos educadores.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche. Desenvolvimento Infantil. Práxis Pedagógica.

Abstract: Brazilian early childhood education has evolved since the 1988 Federal Constitution, consolidating a pedagogical praxis that has overcome the dichotomy between "care" and "education," recognizing the infant as an active and competent subject. The present study discusses the importance of this inseparable pedagogical praxis for the integral development of infants in nursery settings. To this end, a qualitative approach was adopted through bibliographic research, analyzing classical and contemporary works, scientific articles, and normative documents such as the BNCC and the DCNEI. The research indicates, as a result, that infants are producers of cultural meanings from birth, and the inseparability between care and education constitutes a unified praxis in which the quality of the care relationship determines the quality of learning. The emotional security established through care underpins exploration and learning. It is concluded that the integration between care and education is essential for the integral development of infants, requiring effective implementation in educational practices and adequate training of educators.

Keywords: Early Childhood Education. Nursery Education. Child Development. Pedagogical Praxis.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil no Brasil inicialmente marcada pela influência religiosa dos jesuítas e pela criação isolada de instituições para crianças abandonadas, de

cuinho predominantemente assistencialista, focando apenas no cuidado físico das crianças, teve como grande divisor de águas a Constituição Federal de 1988, que a elevou ao status direito fundamental da criança e dever do Estado. A partir desse marco, uma série de legislações sucessivas — a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) em 1998, os Parâmetros Nacionais de Qualidade em 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em 2010 e, finalmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 — consolidou progressivamente uma práxis pedagógica integrada e sistemática.

Esse arcabouço legal contemporâneo superou definitivamente a dicotomia histórica entre "cuidar" e "educar", reconhecendo a criança como sujeito ativo e protagonista de sua aprendizagem, fundamentada nos eixos estruturantes da interação e brincadeira. Cuidar e educar constituem uma unidade indissociável porque toda interação social é simultaneamente proteção e mediação para o desenvolvimento, o cuidado estabelece a segurança emocional necessária para que o bebê se aventure na exploração e aprendizagem, enquanto a intencionalidade educativa transforma ações de cuidado em oportunidades de significação cultural, assim, não se trata de duas dimensões separáveis, mas de uma práxis única onde a qualidade da

relação de cuidado determina a qualidade da aprendizagem, e toda ação educativa pressupõe o cuidado como fundamento.

Esta perspectiva se alinha à pergunta fundamental "quem é o bebê?" como política pedagógica, que busca superar a visão arcaica do bebê como um "adulto incompleto" (Ariès, 1981) para uma visão contemporânea de um sujeito competente, curioso e produtor de significados, que necessita de segurança e de um adulto mediador para se desenvolver plenamente. A partir dessa compreensão do bebê como um ser potente e interativo, a organização do ambiente pedagógico no berçário assume um papel crucial, de forma que este ambiente seja intencionalmente planejado para promover interações precoces e experiências sensoriais ricas, fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Nesse contexto, o educador, transcende a função de mero cuidador, assumindo o papel de protetor e mediador pedagógico, capaz de interpretar as manifestações dos bebês e oferecer respostas que potencializem suas descobertas e aprendizagens.

Autores como Pasqualini, Formosinho, Scotton, Freyberger e Kishimoto têm ressaltado a importância de uma prática pedagógica que valorize a singularidade do bebê, a qualidade das interações e a intencionalidade das propostas,

transformando o berçário em um espaço de desenvolvimento integral e não apenas de assistência.

Diante da complexidade e da riqueza das transformações na concepção da educação infantil e do papel do bebê no contexto brasileiro, emerge a necessidade de investigar como as práticas pedagógicas nos berçários têm se adaptado a essa visão integrada de cuidado e educação. Assim, este artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: Quais os principais argumentos teóricos e as implicações pedagógicas que sustentam a importância da práxis integrada de cuidado e educação para o desenvolvimento integral dos bebês em berçários?

Partindo dessa problematização, o objetivo principal deste estudo é discutir a importância de uma práxis pedagógica que reconheça a indissociabilidade entre cuidado e educação, promovendo o desenvolvimento integral dos bebês em ambientes de berçário.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender, de forma aprofundada, a práxis pedagógica desenvolvida no berçário, bem como a indissociabilidade entre cuidado e educação no contexto da educação infantil. A escolha por essa abordagem justifica-se pela

necessidade de investigar significados, concepções e interpretações que permeiam as práticas educativas, possibilitando uma análise interpretativa dos fenômenos educacionais e das relações estabelecidas no processo formativo dos bebês. Conforme André (2008), na pesquisa qualitativa busca-se interpretar a realidade e compreender os fenômenos em sua complexidade, estabelecendo relações que vão além da simples mensuração ou constatação de fatos, reconhecendo que não há neutralidade absoluta no processo investigativo, uma vez que o pesquisador também participa da construção do conhecimento produzido.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de materiais já elaborados, tais como livros, artigos científicos e documentos oficiais (Gil, 2019). Esse tipo de investigação permite o aprofundamento teórico do tema e a sistematização de diferentes contribuições produzidas no campo da educação infantil.

O levantamento e a análise do referencial teórico contemplaram obras clássicas e contemporâneas que discutem a educação de bebês, a relação entre cuidado e educação e o desenvolvimento infantil, além de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Também foram analisados documentos normativos que orientam as políticas públicas

para a educação infantil no Brasil, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), por constituírem referenciais fundamentais para a organização das práticas pedagógicas nessa etapa da educação básica.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: O BERÇÁRIO E O BEBÊ

A pergunta fundamental que orienta toda prática pedagógica no berçário é desarmada e provocadora: quem é o bebê? A resposta a essa questão não é meramente descritiva, mas política, porque determina todo o conjunto de práticas, oportunidades e reconhecimentos oferecidos à criança pequena. Durante séculos, essa resposta foi obliterada pela invisibilidade e pelo medo, o bebê era um ser menor, incompleto, cuja existência era marcada primordialmente pela dependência — um adulto em miniatura desprovido de singularidade e características próprias (ARIÉS, 1981).

Essa concepção antropológica arcaica deixou sedimentações profundas nas instituições educacionais contemporâneas, explicando por que muitos berçários ainda operacionalizam uma lógica assistencialista, mesmo diante de marcos legais progressistas, a saber, a constituição da educação infantil

como primeira etapa da educação básica. A transformação nessa compreensão é recente, na qual, o bebê contemporâneo, reconhecido pela DCNEI e pela BNCC, é um sujeito produtor ativo de significados culturais, é aquele que "nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura" (BRASIL, 2010, p. 25).

Nesse contexto, o desenvolvimento integral do bebê não é determinado exclusivamente pela maturação biológica, mas pela sua inserção em um contexto histórico e social. Embora na faixa etária de 0 a 1 ano e 6 meses o bebê necessite de cuidados essenciais — nutrição, limpeza corporal e termorregulação — seus reflexos constituem-se através de interações com o ambiente, desde as primeiras semanas de vida, os órgãos sensoriais funcionam como receptores que capturam estímulos externos; é através deles que "sua função é transformar os estímulos (luz, som, calor, pressão, sabor) em impulsos nervosos, que percorrem as células nervosas até o centro nervoso, o cérebro" (SCOTTON, 2018, p. 274).

Conforme a elucidação de Pasqualini (2009), o primeiro ano de vida configura-se como um período de intensa e visível transformação motora, marcado por uma

sucessão de saltos qualitativos que se estabelecem em uma cronologia média: a sustentação da cabeça por volta dos dois meses, o domínio do rolar o corpo entre o final do segundo e o terceiro mês, a aquisição da posição sentada com apoio a partir do terceiro mês, a sede independente entre o quinto e o sexto mês, a postura ereta com auxílio a partir do sexto mês, o início do engatinhar perto do sétimo mês, a marcha assistida (com apoio) a partir do nono mês, e o equilíbrio bípede autônomo próximo ao décimo primeiro mês, culminando na deambulação plena .

Adicionalmente ao desenvolvimento motor, uma gama de competências, como a linguagem oral, a função gustativa, a consolidação da memória, a capacidade comunicativa, a estruturação emocional e a percepção do self e do outro, manifesta-se de forma sincrônica e interdependente durante o período etário do primeiro ano de vida. Face a essa complexidade de transformações coexistentes, Pasqualini (2009) sustenta que a práxis pedagógica no ambiente do berçário assume um papel basilar, exigindo um corpo docente atento à integralidade desses processos de desenvolvimento infantil.

Compreender isso significa reconhecer que cada momento da trajetória desenvolvimental do bebê é uma fase construtiva de sua humanidade, servindo como alicerce para etapas posteriores, assim, é

imperativo não negligenciar nenhuma dimensão do desenvolvimento infantil desde o nascimento. Nesse sentido, os Educadores devem assumir simultaneamente os papéis de protetores e mediadores pedagógicos, onde a presença tranquila, acolhedora e engajada do adulto é fundamental: ela acalma as inseguranças do bebê, expande suas oportunidades de descoberta do mundo e a capacita a vivenciar plenamente as experiências que lhe são oferecidas.

Dessa forma, cada gesto, cada exploração, cada encontro com objetos e pessoas é um ato de criação onde o bebê exerce ação, contudo, essas ações não são mágicas nem espontâneas — emergem precisamente da qualidade do ambiente pedagógico que a rodeia. O ambiente não é simplesmente contexto: é mediador constitutivo do desenvolvimento, assim, um ambiente empobrecido, onde os brinquedos oferecidos, muitas vezes são limitados, desinteressantes e enfadonhos, resulta em uma criança cujas potencialidades permanecem adormecidas; inversamente, um ambiente intencionalmente organizado — com brinquedos, objetos de diferentes texturas, materiais naturais, plantas, luz natural — convida o bebê a uma "aventura de conhecer" onde sua curiosidade é honrada como legítima e sua competência é reconhecida.

Contudo essa aventura pedagógica

pode gerar desconforto e medo no bebê, pois, "no desconhecido sempre há algo ameaçador, e é a atitude de calmo interesse do adulto que acalma a ansiedade do bebê, e assim libera sua energia para desfrutar do brincar de maneira concentrada" (SCOTTON, 2018, p. 89). Isso significa que a competência do bebê não é autossuficiente — ela exige um outro humano cuja presença seja simultaneamente continente e estimulante. O professor não é um mero facilitador que abandona o bebê à sua própria experiência; é um mediador cálido cuja intencionalidade ativa, observadora e responsiva transforma objetos em oportunidades de aprendizagem, e cuidados em práticas pedagógicas.

Segundo Kishimoto (2012, p.64), “o primeiro brinquedo interativo de um bebê na creche é o contato físico com a professora, com o olhar, o toque e o movimento”, visto que atividades como fazer carinho, balançar ritmadamente no colo e o ato de aninhar criam oportunidades para a aquisição de novas experiências e para o estabelecimento de vínculos com os educadores, essenciais para a segurança e tranquilidade do bebê.

Reconhecer quem é o bebê, portanto, é reconhecer que ele é competente, mas não isolado; é curioso, mas precisa de segurança; é ativo produtor, mas necessita de um adulto que acredite em sua produção e a amplifique por meio de novas possibilidades. Essa é a verdadeira "aventura de conhecer sem o medo

de aprender" — não uma aventura solitária, mas uma aventura profundamente relacional e intencional.

O entendimento de que bebês e crianças possuem características inerentes ao seu estágio maturacional é crucial para a delimitação da prática pedagógica, Formosinho (2002) salienta que são essas especificidades que tornam singularidade e abrangente a prática do professor da Educação Infantil. A autora argumenta que o docente deve cultivar um saber-fazer que contemple simultaneamente a vulnerabilidade intrínseca à infância e o reconhecimento das potencialidades multifacetadas que florescem nessa etapa do desenvolvimento.

Nessa conjuntura, Formosinho (2002) enfoca que a globalidade, vulnerabilidade e dependência da criança são os pilares que configuram o constructo pedagógico. A globalidade impõe ao docente a incumbência de abordar o desenvolvimento de maneira holística e integrada, congregando os domínios físico, social e cognitivo, em oposição a uma aprendizagem fragmentada. Adicionalmente, a vulnerabilidade e a dependência demandam a execução constante de procedimentos de higiene e uma atenção meticulosa aos aspectos emocionais e socioemocionais.

As interações precoces estabelecidas com o bebê desempenham um papel fundamental que sustenta o desenvolvimento

emocional e cognitivo da criança, ao mesmo tempo em que fortalecem e aprimoram as conexões e circuitos neurais. Ademais, a provisão sistemática de experiências sensoriais enriquecedoras contribui substancialmente para o desenvolvimento integral do indivíduo, sublinhando a imperatividade de se dispensar cuidados sensíveis e de qualidade no contexto educacional e de acolhimento.

3 RESEULTADOS E DISCUSSÃO

O bebê, historicamente percebido como um "adulto incompleto" ou um ser passivo, conforme Ariès (1981), a pesquisa contemporânea, alinhada a autores como Pasqualini (2009) e Formosinho (2008), o reconhece como um sujeito ativo, competente e produtor de significados culturais desde o nascimento. Seu desenvolvimento integral, que abrange a maturação biológica, as interações sociais, a brincadeira e a apropriação cultural, é intrinsecamente moldado pelas experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida. Essas experiências não apenas fornecem estímulos para o crescimento físico e cognitivo, mas também constituem a base para a construção das dimensões afetiva, social e cultural da criança.

Nesse sentido, a qualidade das interações com adultos e pares emerge como fator decisivo para a consolidação da identidade, da autonomia e da capacidade de

participação ativa no mundo. As práticas pedagógicas que integram cuidado e educação, ao reconhecerem o bebê como sujeito ativo e competente, favorecem a construção de vínculos seguros e significativos, essenciais para a exploração, a aprendizagem e a apropriação de valores culturais. Além disso, tais interações qualificadas promovem a internalização de normas sociais, o desenvolvimento da linguagem, da criatividade e da capacidade de resolução de problemas, demonstrando que o ambiente e a relação pedagógica constituem elementos fundamentais para a formação integral da criança. Ao valorizar a singularidade da infância e superar perspectivas adultocêntricas, a práxis educativa evidencia que o desenvolvimento do bebê não é apenas um processo natural ou biológico, mas um fenômeno profundamente social, cultural e relacional, em que cada experiência vivida contribui para a construção de competências, sentidos e formas de ser no mundo.

A indissociabilidade entre cuidado e educação, central à questão de pesquisa, manifesta-se como uma práxis pedagógica unificada no berçário, onde o educador assume o papel de protetor e mediador pedagógico, integrando o cuidado essencial — como alimentação, higiene e termorregulação — com uma intencionalidade educativa que transforma cada ação em oportunidade de significação cultural.

A segurança emocional, estabelecida pela qualidade da relação de cuidado, constitui o fundamento para que o bebê se aventure no mundo, conforme destacado por Kishimoto e Scotton ao abordarem a brincadeira e a cultura infantil. Esse sentimento de segurança surge quando o bebê percebe que suas necessidades físicas e afetivas são atendidas de forma consistente, sensível e responsiva pelo cuidador, gerando confiança e vínculo seguro. A presença de vínculos afetivos estáveis promove a regulação emocional, reduzindo o estresse e permitindo que o bebê explore o ambiente com curiosidade e autonomia.

Nesse sentido, a qualidade do cuidado não se limita à provisão de necessidades básicas, mas se estende à dimensão relacional e afetiva, funcionando como pré-condição para a aprendizagem. Bebês que se sentem emocionalmente seguros têm maior disposição para interagir, brincar e experimentar, atividades essenciais para a construção de significados, o desenvolvimento da linguagem, da cognição e das competências socioemocionais. Assim, a segurança emocional não apenas sustenta a exploração e a brincadeira, mas também determina a qualidade da aprendizagem, pois é a partir de relações afetivamente qualificadas que se estabelecem contextos ricos para a apropriação de conhecimentos, valores culturais e habilidades para a vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que a práxis pedagógica indissociável entre cuidado e educação no berçário não é apenas uma orientação normativa, mas uma necessidade fundamental para o desenvolvimento integral dos bebês.

A transformação legal e conceitual iniciada pela Constituição Federal de 1988 e consolidada por legislações subsequentes — LDB, RCNEI, DCNEI e BNCC — representou um avanço significativo ao reconhecer a criança como sujeito ativo e competente. No entanto, sua efetiva implementação depende de uma mudança paradigmática nas práticas educacionais, onde o cuidado deixa de ser meramente assistencialista e se torna mediação pedagógica intencional.

O professor do berçário, como agente central dessa transformação, deve compreender que toda ação de cuidado — alimentação, higiene, conforto — é simultaneamente oportunidade de significação cultural, interação social e desenvolvimento cognitivo-emocional.

Assim, a indissociabilidade entre cuidado e educação constitui o fundamento de uma práxis pedagógica capaz de reconhecer e valorizar a dignidade, a competência e a singularidade do bebê, promovendo seu desenvolvimento integral em

ambientes de berçário. Nesse contexto, o principal desafio colocado ao berçário reside na efetiva tradução do discurso normativo em práticas vivenciadas, que garantam a oferta de ambientes seguros, afetivos e pedagogicamente intencionais.

A articulação entre cuidado e educação permite que cada ação cotidiana — desde a alimentação e a higiene até a brincadeira e a exploração do ambiente — seja concebida como oportunidade de aprendizagem e apropriação cultural, reafirmando a centralidade da relação educativa na formação integral da criança.

Conclui-se, portanto, que a integração entre cuidado e educação é indispensável para a construção de uma práxis pedagógica de qualidade, capaz de atender às necessidades físicas, emocionais e cognitivas dos bebês, contudo, a efetivação dessa indissociabilidade depende de políticas públicas consistentes, da formação adequada dos educadores e da valorização de práticas pedagógicas que reconheçam o bebê como sujeito ativo e competente, produtor de significados desde os primeiros meses de vida. Essa perspectiva reforça a importância de ambientes de berçário que sejam simultaneamente seguros, afetuosos e pedagógicos, consolidando o desenvolvimento integral e humano do bebê.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2008.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988].
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 3 v.
- FORMOSINHO, J. O. **O desenvolvimento profissional das educadoras de infância**. Porto: Porto Editora, 2002.
- FORMOSINHO, J. O. **Educação de bebês: práticas e reflexões**. Porto: Porto Editora, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PASQUALINI, J. C. **Desenvolvimento infantil: uma abordagem histórico-cultural**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SCOTTON, S. Z. **Desenvolvimento infantil: do nascimento aos 3 anos.** Porto Alegre: Penso, 2018.

SILVA, J. R. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão do bebê como sujeito ativo. In: SILVA, José Ricardo (Org.); et. al. **Educação de bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano.** 2a ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018.